Genebra, Hong Kong e Dubai em comparação

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Genebra: um centro de civil law que acrescenta o inglês

Genebra oferece o direito suíço, um direito civil codificado, em uma cidade cujos tribunais funcionam em francês. O volume sobre Genebra descreve como a revisão do Código de Processo Civil suíço, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, permite que os cantões prevejam processos em inglês em disputas comerciais internacionais. Berna planejava abrir um tribunal comercial internacional em maio de 2026 e Zurique preparava um para 2027, enquanto em Genebra se elaborava um projeto de lei.[1] O direito suíço e a arbitragem suíça continuam, portanto, mais fortes quando as partes vêm de tradições de civil law ou quando a neutralidade pesa mais que a familiaridade. Singapura, por sua vez, oferece uma common law aplicada em inglês em todos os seus tribunais, o que a aproxima dos padrões documentais das finanças internacionais.

Na maioria dos casos, os dois centros não disputam os mesmos contratos. Um advogado suíço que redige um contrato de compra e venda de participações para uma empresa familiar da Lombardia tem poucas razões para propor o direito de Singapura. Um advogado de Singapura que assessora um investidor indiano no

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Vietnã tem poucas razões para propor o direito suíço. A concorrência surge no trading de commodities, em que Genebra e Singapura abrigam as mesmas trading companies, e na gestão de grandes patrimônios privados, em que os instrumentos de trust e os estatutos de fundações precisam ser regidos por um direito que reconheça a estrutura. Nesses campos, a parte G e o capítulo IV da parte E mostram como cada centro adapta seu direito às necessidades dos mesmos clientes.

Hong Kong: a common law sob a Lei Básica

Hong Kong é o rival mais próximo de Singapura como centro de common law na Ásia. O artigo 8 da Lei Básica preserva as leis anteriormente em vigor em Hong Kong, incluindo a common law e as regras da equity, salvo se contrariarem a Lei Básica. O artigo 84 permite que os tribunais de Hong Kong recorram a precedentes de outras jurisdições de common law. Nos termos do artigo 92, os juízes podem ser recrutados em outras jurisdições de common law.[2]

Hong Kong compartilha assim com Singapura a herança inglesa, uma advocacia anglófona e uma forte instituição arbitral. Seu trunfo distintivo é a posição de porta de entrada jurídica para a China continental, reforçada por acordos de execução recíproca de sentenças judiciais e arbitrais com o continente. Seu risco distintivo está no quadro constitucional de "um país, dois sistemas" e na crescente integração de Hong Kong à ordem jurídica nacional nos últimos anos, discutida no capítulo V da parte K. Para as partes preocupadas com esse risco, Singapura oferece uma jurisdição de common law fora do Estado chinês, uma consideração que tem sustentado o crescimento de Singapura como sede e como lei aplicável em contratos com partes chinesas.

Dubai e Abu Dhabi: enclaves de common law importada

O Golfo seguiu outro caminho. Dubai instituiu os tribunais do Dubai International Financial Centre por uma lei de 2004. Eles começaram a funcionar em 2006 como um Judiciário de common law em língua inglesa dentro de um Estado de civil law. Desde uma alteração de outubro de 2011, as partes podem se submeter contratualmente à jurisdição desses tribunais, mesmo sem ligação com o centro

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

financeiro.[3] Abu Dhabi foi mais longe com o Abu Dhabi Global Market, criado em 2013 e em funcionamento desde outubro de 2015, que aplica diretamente a common law inglesa, incluindo os precedentes ingleses.[4]

O modelo do Golfo mostra o tamanho da demanda por common law nas finanças. Mostra também o que Singapura possui e uma zona franca financeira não consegue construir com facilidade. A common law de Singapura é o direito de todo o Estado, aplicado por seus tribunais ordinários, ensinado em suas universidades e exercido por uma advocacia de vários milhares de profissionais. Os enclaves de Dubai e Abu Dhabi tomam emprestados juízes e direito do exterior, enquanto Singapura desenvolveu os seus ao longo de dois séculos. Essa profundidade dá ao direito de Singapura a autoridade de que uma lei aplicável precisa: um acervo de casos julgados, uma advocacia que o compreende e um Estado cuja ordem jurídica inteira o sustenta.

Em números

Second Charter of Justice: 27 de novembro de 1826. Civil Law Ordinance: 1878. Revogação da seção 5 do Civil Law Act pelo Application of English Law Act: 12 de novembro de 1993. Fim dos recursos ao Privy Council: 8 de abril de 1994. Practice Statement da Court of Appeal: 11 de julho de 1994. Criação do SICC: 5 de janeiro de 2015. Criação do SIAC: 1º de julho de 1991. Novos casos no SIAC: 663 em 2023 e 886 em 2025. Participação do direito de Singapura nos casos do SIAC: 64,6% em 2023 e 52,1% em 2025, com o direito inglês em 20,7% e 28,4%. Advogados em exercício: cerca de 4.000 em 2002 e 6.512 em 2023. Advogados estrangeiros: 576 em 2000 e 840 em julho de 2009. Primeiras licenças QFLP: seis escritórios, anunciadas em 5 de dezembro de 2008. Escritórios QFLP em 2025: nove, com mais de S$ 2 bilhões de receitas offshore em 2021–2024 e mais de 550 advogados em Singapura. Valor agregado dos serviços jurídicos: S$ 2,98 bilhões em 2023, exportações de S$ 1,40 bilhão. Convenção de Nova York: em vigor para Singapura desde 19 de novembro de 1986 e para a Suíça desde 30 de agosto de 1965. Convenção da Haia sobre Eleição de Foro: em vigor para Singapura desde 1º de outubro de 2016 e para a Suíça desde 1º de janeiro de 2025.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Art. 129, al. 2, let. b, e art. 6, al. 4, let. c, do Código de Processo Civil suíço na versão em vigor desde 1º de janeiro de 2025; Pestalozzi, "Proceedings in English before Swiss State Courts Soon a Reality in Bern and Zurich", pestalozzilaw.com, conforme citado em Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie J, chapitre I, section « L'anglais devant les juges suisses », e partie F, chapitre III (Genève attractive, 6 de março de 2026, sobre o projeto de lei de Genebra). ↩

2. Basic Law of the Hong Kong Special Administrative Region, art. 8: "The laws previously in force in Hong Kong, that is, the common law, rules of equity …" são mantidas, salvo as que contrariarem a Lei Básica; arts. 84 e 92, basiclaw.gov.hk (acesso em novembro de 2026): os tribunais podem recorrer a precedentes de outras jurisdições de common law; juízes e outros membros do Judiciário podem ser recrutados em outras jurisdições de common law. ↩

3. Wikipedia, "DIFC Courts" (acesso em novembro de 2026): instituídos em 2004 (Dubai Law No. 12 of 2004), início das atividades em 2006; "an independent English language common law judiciary"; juízes da Austrália, da Inglaterra e País de Gales, da Escócia, da Malásia e dos Emirados Árabes Unidos; a Dubai Law No. 16 of 2011, assinada em 31 de outubro de 2011, permitiu aos tribunais julgar casos em que um contrato indique a jurisdição do DIFC ou em que ambas as partes concordem após o surgimento da disputa, "commonly referred to as 'opt-in' jurisdiction". ↩

4. Wikipedia, "Abu Dhabi Global Market" (acesso em novembro de 2026): criado em 2013 e em funcionamento desde outubro de 2015; descrito como "the only jurisdiction in the region to apply English common law directly"; seus tribunais têm competência exclusiva em matéria civil e comercial no ADGM. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com